

A ARTE DE DES/RE/CONSTRUIR PATRIMÔNIOS: Debatendo intervenções em memórias e monumentos

THE ART OF DE / RE / CONSSTRUCTING HERITAGE: Debating interventions in memories and monuments

Fernanda Rocha de OLIVEIRA¹

RESUMO

A derrubada de uma estátua de um mercador de escravos e sua substituição por outra de uma manifestante ativista da causa negra, na Inglaterra; intervenções com tintas e pichações no monumento que ressalta bandeirantes, no Brasil. Em comum, estes casos trouxeram debates relacionados a uma disputa de narrativas e de memórias. É objetivo do presente artigo analisar processos de construção, reconstrução e destruição desse tipo de monumentos sob a ótica da sua relação com o patrimônio cultural, com a memória e os discursos de poder/resistência relacionados aos grupos sociais que os legitimam ou confrontam. Para isso, foi elaborada uma breve revisão na literatura sobre o tema, bem como incorporados debates e matérias noticiadas em plataformas virtuais. Mediante articulação dos debates teóricos com as situações reais vivenciadas nacional e internacionalmente, foram propostas reflexões sobre os papéis da arte e da política nos processos de legitimidade social.

Palavras-chave: Monumentos, patrimônio, memória, arte, política.

ABSTRACT

The removal of a statue of a slave trader and its replacement by another of a black activist protester in England; interventions with paints and graffiti on the monument that highlights bandeirantes, in Brazil. In common, these cases raised debates related to a dispute of narratives and memories. This article aims at analyzing the processes of construction, reconstruction and destruction of these types of monuments from the perspective of their relationship with cultural heritage, with memory and discourses of power / resistance related to the social groups that legitimize and / or confront them. For this, a brief review was elaborated through the literature on the theme, along with debates and news launched on virtual platforms. Through the articulation of theoretical debates combined with real situations experienced nationally and internationally, reflections on the roles of art and politics in the processes of social legitimacy were proposed.

Keywords: Monuments, heritage, memory, art, politics.

¹ Arquiteta e Urbanista pela UFPB (2011) e mestre em Preservação do Patrimônio Cultural pelo IPHAN (2015). Docente no ensino superior e pesquisadora. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/4116964397463443>>.

A ARTE DE DES/RE/CONSTRUIR PATRIMÔNIOS: Debatendo intervenções em memórias e monumentos

INTRODUÇÃO

Em junho de 2020 foi publicada matéria na Inglaterra com o título: “Manifestantes antirracismo arrancam estátua de mercador de escravos em Bristol” (O TEMPO, 2020). De acordo com o texto, o monumento seria uma homenagem a Edward Colston, sócio de empresa britânica responsabilizada pela escravização de 84 mil africanos no século XVII.

Ações que depredam algum tipo de patrimônio são, costumeiramente, consideradas abomináveis, vândalas. Mas para que se analise devidamente esse fato, é importante fazermos algumas contextualizações sobre o tema.

O ato supracitado integrou uma onda de protestos do movimento ativista internacional “BLACK LIVES MATTER”² (vidas negras importam). Originado em 2014, o movimento foi reacendido após a morte de George Floyd, negro estadunidense que foi sufocado no chão por um policial, em maio de 2020 (TAYLOR, 2018).

Assim, pode-se imaginar que a estátua do mercador não representava apenas uma condição estética aos expectadores daquela localidade, mas uma mensagem que relembrava fatos e memórias que afetavam negativamente as pessoas envolvidas no protesto.

Sabe-se que um monumento, por sua função memorial, é concebido como uma mensagem a ser repassada às diversas gerações. Nesse sentido, muitas vezes é associado a outros conceitos mais recentes, como bem cultural³ e patrimônio⁴, que se referem aos elementos (materiais ou não) considerados referências para determinadas coletividades, tenham sido eles patrimonializados⁵ ou não.

No caso do monumento ao mercador, sua função memorial foi alvo de protesto pela mensagem que passava: além de símbolo de um passado sofrido (Escravidão), representava repercussões deste “ontem” no presente (tratamento desumano de pessoas negras). Com isso, os apelos estético e histórico desse monumento não foram suficientes para legitimá-lo como um bem cultural para os grupos sociais envolvidos no ato da derrubada.

Por outro lado, a estátua da militante negra Jen Reid foi erguida no mesmo lugar⁶, mostrando-se um monumento validado como referência cultural porque traduz a mensagem que agora querem que seja passada às atuais e futuras gerações: vidas negras importam.

2 Trata-se de um movimento que luta contra a brutalidade policial, o racismo e outras violências direcionadas a pessoas negras.

3 Consolidado a partir do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do IPHAN. Sobre isso, ver manual de aplicação do INRC, disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf>.

4 Existem muitas definições para Patrimônio, mas tomando por base a constituição brasileira de 1988 (artigo 216), são os elementos portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade.

5 Por patrimonializados entendem-se, aqui, os bens que foram reconhecidos pelo Estado, por meio de políticas públicas.

6 Reportagem disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/07/15/estatua-de-escravocrata-e-substituida-por-uma-de-manifestante-negra-no-reino-unido.ghtml>>

Essa postura corrobora com as colocações de Choay sobre a necessidade de não apenas aprovarmos a ideia de um culto ao patrimônio histórico, mas sim, questioná-lo, porque esse culto “[...] se constitui num elemento revelador, negligenciado mas brilhante, de uma condição da sociedade e das questões que ela encerra” (CHOAY, 2006. p. 12).

Nesse sentido, é objetivo do presente artigo analisar processos de construção, reconstrução e destruição de monumentos sob a ótica da sua relação com o patrimônio cultural, com a memória e os discursos de poder/resistência relacionados aos grupos sociais que os legitimam ou confrontam.

Para isso, foi elaborada uma pesquisa não apenas de literatura, mas abarcando matérias noticiadas em plataformas virtuais e debates em novas mídias⁷. Foram selecionados dois casos para debate, articulando os debates teóricos a situações reais vivenciadas nacional e internacionalmente.

CONSTRUINDO MONUMENTOS E CONSTITUINDO PATRIMÔNIOS: a dupla afirmação de memórias

Em primeiro lugar, o que se deve entender por monumento? O sentido original do termo é o do latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere* (‘advertir’, ‘lembrar’), aquilo que traz à lembrança alguma coisa. (CHOAY, 2006, pp. 17-18).

Ao entender que um monumento tem função de fazer lembrar algo, vê-se nele uma função pedagógica, não havendo neutralidade em sua ereção. Ao tocar o expectador de alguma forma, ele mantém viva a sensação e/ou o fato histórico que se propõe a narrar. O Arco do Triunfo, por exemplo, informava tanto as vitórias militares de Napoleão Bonaparte quanto, indiretamente, mostrava o poderio dessa civilização aos que ousassem confrontá-lo.

Riegl (2006) e Choay (2006) buscaram diferenciar os tipos de monumento como vemos hoje, numa ótica moderna e ocidental: os monumentos (Choay) ou monumentos intencionais (Riegl) seriam aqueles que surgiram com essa finalidade de transmitir mensagens à coletividade (e.g. Arco do Triunfo); os monumentos não-intencionais (Riegl) ou monumentos históricos (Choay) são aqueles que, embora não tenham sido erigidos com essa função de fazer lembrar (uma edificação com fins residenciais, por exemplo), neles são vistas mensagens, informações, sensações as quais se deseja manter ao longo dos anos, aproximando-os do papel exercido pelos monumentos.

A construção de monumentos e o entendimento de sua proposital articulação com a memória coletiva é antiga, mas a nomeação de monumentos e monumentos históricos como Patrimônios é bastante recente na história da civilização. É com o surgimento e a necessidade de fortalecimento dos Estados Modernos que o Patrimônio foi usado como estratégia simbólica para consolidar a ideia de “Nação”⁸.

⁷ Debates realizados ao vivo e disponibilizados em plataformas digitais (Youtube).

⁸ Márcia Chuva aprofunda o tema em “Os Arquitetos da Memória: Sociogênese das Práticas de Preservação do Patrimônio Cultural do Brasil 1930 a 1940”.

Para que sejam selecionados como patrimônio de uma coletividade, os monumentos (intencionais ou não) integram uma narrativa que irá recortar a memória, trazendo à luz alguns fatos e valores e deixando à margem outros. Se os monumentos, e si, já acionam a memória coletiva, ao comporem um rol de elementos “enobrecidos”⁹ enquanto Patrimônios, passam a exercer uma dupla função de rememoração.

Cabe, então, retornar à reflexão proposta por Choay (2006): se o culto que se rende aos monumentos revela as questões e o contexto da sociedade que o constitui, quais seriam os elementos que consideramos nossos monumentos/patrimônios, e que mensagens/memórias eles nos trazem? Quanto dos nossos valores eles traduzem?

DESCONSTRUINDO PATRIMÔNIOS; RECONSTRUINDO MEMÓRIAS: o mercador de escravo e os bandeirantes.

Na literatura, a Revolução Francesa é o grande marco da intervenção estatal para criação do campo do Patrimônio. Conforme lembra Sant’Anna (1995), ao criar a ideia de um “patrimônio nacional” (que representaria os franceses enquanto nação), os burgueses conseguiram diminuir a destruição dos edifícios e monumentos “herdados” pelos novos detentores do poder. E essa destruição ocorria porque esses monumentos eram tidos como símbolos das forças que outrora oprimiam aquela parte revolucionária da sociedade francesa.

A manutenção de monumentos e patrimônios pode ser vista, então, como uma luta de ideologias. Neste sentido, é compreensível que grupos que lutam pelo fim da violência negra substituam símbolos de escravidão por outros que representem os valores pelos quais lutam, e que afetam sua existência.

Na mesma ótica, o Monumento às Bandeiras, localizado em São Paulo-SP, vem sendo alvo de debates. A obra do escultor ítalo-brasileiro Victor Brecheret recebeu intervenções diversas, dividindo opiniões:

Por intermédio dos jornais da cidade, duas narrativas foram estabelecidas. A primeira narrativa defende severa punição e investigação dos infratores, além de imediata restauração por parte dos poderes públicos. A segunda narrativa acusa o referido monumento de celebrar o genocídio indígena e exige a sua demolição. (VALVERDE, 2018, p. 29).

9 Márcia Sant’Anna (1995, p. 14), influenciada por ideias do filósofo Michel de Certeau, entende que a produção de ‘patrimônio’ como qualidade que se agrega aos objetos, enobrecendo-os, permite retirá-los de sua ‘utilização cotidiana de ontem e de hoje’, ‘oferecendo-os às curiosidades, à informação ou à análise’.

Do ponto de vista histórico, o monumento foi originado a partir da busca por um símbolo que combatesse a instabilidade política nacional, funcionando também como um reforço para a animação econômica paulistana e para a identidade brasileira que estava, então, em “construção”. (VALVERDE, 2018). Do ponto de vista artístico, a escolha de Brecheret pode traduzir “um rompimento com um academicismo épico que dominava outros monumentos de São Paulo” (VALVERDE, 2018), uma vez que foi idealizado pelo grupo modernista da Semana de Arte Moderna de 1922¹⁰. Com isso, houve legitimação dos seus valores histórico e artístico pelo Estado através do seu tombamento como patrimônio cultural pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), em 1985¹¹.

Contudo, o olhar que se atribui ao monumento não parte somente de uma ótica estética, mas prioritariamente de memória e simbolismos. E foi nesse sentido que o objeto passou por sucessivas intervenções em atos de protesto, uma vez que a obra também representa, para diversos grupos sociais, o genocídio de indígenas atrelado à figura dos bandeirantes.

O conflito seguiu, então, nas falas e nos “lugares de fala”. Em reportagem para o canal de notícias G1, Marcelo Mora (2013) disse que, em outubro de 2013, manifestantes jogaram tinta vermelha no monumento e picharam a frase “bandeirantes assassinos” com tinta branca. Logo depois, diz que “**Os autores do vandalismo** contra o monumento participavam do protesto dos índios, que começou por volta das 17h30 na Avenida Paulista.” (MORA, 2013, s/p, grifo meu).

Em 2016, nova intervenção: “Monumentos amanhecem pichados com tinta colorida em SP”, estando o Monumento às Bandeiras entre eles (G1, 2016). De acordo com a matéria, o Instituto Victor Brecheret se posicionou por nota:

‘O Instituto Victor Brecheret – IVB vem a público manifestar sua perplexidade e indignação pelos **atos de barbarismo**, ocorridos nesta madrugada (30/09), que atingiram, entre outros monumentos da cidade, o ‘Monumento às Bandeiras’, de autoria de Victor Brecheret. **É uma violência** cometida contra uma das mais importantes obras artísticas do país. O Monumento às Bandeiras pertence ao Povo Brasileiro. **Como símbolo, deve ser respeitado** e sua preservação garantida por todos nós. O Instituto Victor Brecheret – IVB espera a restauração completa da obra, para que ela possa permanecer para as próximas gerações’, diz o texto (G1, 2016, s/p, grifos meus).

“Vandalismo”, “barbarismo”, “violência” são olhares que traduzem uma valoração negativa sobre os atos praticados pelos manifestantes. Contudo, a tirinha a seguir nos fornece outro ponto de vista para reflexão:

Figura 01: tirinha de Alexandre Beck sobre a intervenção no Monumento às Bandeiras, ocorrida em 2016.



Fonte

https://64.media.tumblr.com/28770c3d616bbf0f22744c2afd019162/tumblr_oedq2zwGSP1u1iysqo1_500.png (s/d).

Na tirinha, a palavra “vândalos” acaba tomando duplo sentido. No primeiro quadro, de maneira sintonizada com as reportagens aqui apresentadas, a frase foi construída propositalmente para dar a entender que aqueles que picharam os monumentos são vândalos. Já na continuação, um personagem (de aspecto indígena) continua a frase dizendo que são vândalos os bandeirantes representados pelo monumento, uma vez que destruíram aldeias e escravizaram índios. É um nítido contraponto de valores...

Quanto a essa temática de re/desconstrução de monumentos, Mariana Kimie e Igor Valvassori trouxeram reflexões por meio do canal virtual da Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP) sobre as derrubadas e intervenções em estátuas. Diante da pergunta “Pode haver derrubadas?”, os debatedores indicaram que tanto pode como já ocorreu em diversos momentos anteriores: em guerras ou incêndios, por negligência do Estado ou atos criminosos, e mesmo em revoluções¹². (REPEP, 2020).

Ainda de acordo com eles, a questão não seria então, poder ou não derrubar, mas aclarar quais são as vozes políticas que reivindicam a manutenção ou não de monumentos e suas motivações. Mais que isso, é preciso refletir sobre a quem tem sido dada a legitimidade de interpretação do passado. (REPEP, 2020).

A ideia de que um objeto artístico “deve ser respeitado” a todo custo não é uníssona, e os protestos recentes têm demonstrado que a escolha de quais símbolos devem ser mantidos ou não segue sendo um campo de disputa social/política. Afinal, memória é poder.

Como dito, a estátua do mercador de escravos, na Inglaterra, foi substituída pela de uma militante negra, e essa reconstrução de um monumento¹³ traduz uma espécie de equilíbrio simbólico, ainda que possa ser temporário, conforme aponta Michel de Certeau (2008, pp. 44-45):

12 Como na citada Revolução Francesa.

13 Não no sentido de reconstruir a materialidade de um monumento, mas da simbologia que ele apresenta.

Como o direito (que é um modelo de cultura), a cultura articula conflitos e volta e meia legitima, desloca ou controla a razão do mais forte. Ela se desenvolve no elemento de tensões, e muitas vezes de violências, a quem fornece equilíbrios simbólicos, contratos de compatibilidade e compromissos mais ou menos temporários. As táticas do consumo, engenhosidades do fraco para tirar partido do forte, vão desembocar então em uma politização das práticas cotidianas.

O QUE ESTÁ EM JOGO: o papel da arte e da política na busca por legitimidade

O papel da arte não acaba na finalização da obra. Ela perdura nas interações que esse objeto provoca junto às pessoas. Assim, ela também segue ocorrendo quando há interferências artísticas/políticas em monumentos, que traduzem novos contextos e necessidades sociais. As intervenções em monumentos, assim como eles próprios, são resultado do espírito de um tempo, um recorte temporal acerca do contexto social, político e/ou econômico de uma sociedade.

A memória é responsável por nossas convicções e sentimentos, e a prova disso é que diante de uma revelação sobre o passado podemos reinterpretar pessoas e a nós mesmos (TORODOV, 2000). Nesse sentido, se nos confrontarmos com outras narrativas por trás da história de um monumento (como a do mercador de escravos e a dos bandeirantes), não deveríamos rever nosso posicionamento diante do culto que fazemos àquela obra?

Se, como colocado anteriormente, não existe neutralidade nos processos relacionados a esses elementos de memória, qualquer postura adotada é um posicionamento político/social: seja a escolha pela manutenção da obra, sem considerar devidamente o peso negativo que seus significados podem causar em alguns grupos sociais; seja a intervenção que produz uma nova camada de sentidos, entendendo que ela afeta, inevitavelmente, outros valores possivelmente atribuíveis à obra – como a sua materialidade e artisticidade originais, caras ao campo do Restauro.

A derrubada de monumentos é um tema polêmico porque envolve conflitos de ideologias, valores, poderes. Há casos em que símbolos de memórias tidas como negativas são mantidos como exemplo a não repetir (vide museu do holocausto). Mas há outros em que a re/desconstrução desses símbolos é necessária para dar voz pujante a grupos historicamente invisibilizados. É preciso estarmos atentos a quais vozes os monumentos que cultuamos servem ou oprimem.

REFERÊNCIAS

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3. Ed. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2006.

G1 São Paulo. Monumentos amanhecem pichados com tinta colorida em SP. In: **G1 [Portal de Notícias da internet]**. 30 set. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/09/monumentos-amanhecem-pichados-com-tinta-colorida-em-sp.html>>. Acesso em: jul. 2020.

MORA, Marcelo. Manifestantes jogam tinta e picham o Monumento às Bandeiras. In: **G1 [Portal de Notícias da internet]**. 02 out. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/10/manifestantes-jogam-tinta-vermelha-no-monumento-bandeiras.html>>. Acesso em: jul. 2020.

O TEMPO. Manifestantes antirracismo arrancam estátua de mercador de escravos em Bristol. In: **Jornal o Tempo [Portal da internet]**. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/mundo/manifestantes-antirracismo-arrancam-estatuade-mercador-de-escravos-em-bristol-1.2346856>>. Acesso em: jul. 2020.

REPEP (canal youtube). **Estátuas, não podemos ficar parados**. (Transmissão ao vivo. Portal da Internet), 7 de jul. de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4164PRqj0c>>. Acesso em: jul. 2020.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese**. Tradução Elaine Ribeiro Peixoto e Albertina vicentine. Goiânia: Ed. da UCG, 2006. 121 p.

SANT'ANA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)**. Salvador: 1995. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, 1995.

TAYLOR, Keeanga-Yamahtta. O surgimento do movimento #blacklivesmatter [vidas negras importam]. (Tradução: Maira Mee Silva e Deivison Mendes Faustino). In: **Revista Lutas Sociais**. v. 22, n. 40 (2018). P. 108-123. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/46658>>. Acesso em: ago. 2020.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Barcelona: Ed. Paidós Iberica, 2000.

VALVERDE, R. R. H. F. O sentido político do Monumento às Bandeiras, São Paulo: condições e oportunidades para a multiplicação de narrativas a partir da transformação do espaço público. **Revista PatryTer**, v. 1, n. 2, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/10117>>. Acesso em: ago. 2020.